

COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE

8 de Janeiro de 2009

4.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

1. Diligências realizadas
2. Calendarização de audições
3. Outros assuntos.

Índice Remissivo

A

A Sr.ª Presidente · 3, 5, 6, 8, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 28, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Afonso Candal (PS) · 40, 54

D

Duarte Pacheco (PSD) · 52, 61

H

Helena Terra (PS) · 69, 71

Honório Novo (PCP) · 4, 6, 12, 15, 20, 32, 33, 39, 40, 41, 50, 58, 63, 64, 65

J

João Semedo (BE) · 19, 30, 31, 37, 49, 55, 56, 65, 66, 72

M

Marques Júnior (PS) · 53

Miguel Macedo (PSD) · 7, 11, 19, 22, 35, 36, 39, 40, 45, 46, 70, 71, 72, 74

Mota Andrade (PS) · 63

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 9, 13, 14, 25, 26, 27, 29, 33, 38, 42, 43, 44, 47, 59, 60, 65, 67, 68, 74

R

Ricardo Rodrigues (PS) · 10, 11, 12, 14, 18, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 42, 44, 50

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Antes de mais, agradeço a vossa compreensão relativamente à necessidade que tivemos de adiar a reunião prevista para o princípio da tarde para esta hora.

Na ordem do dia dos nossos trabalhos de hoje constam, como primeiro ponto, as diligências realizadas.

Na sequência do acordado na reunião anterior, officiei ao Banco de Portugal a fundamentação para a recusa do fornecimento dos documentos requeridos, uma vez que, como sabem, de acordo com a legislação aplicável, o parecer da Procuradoria-Geral da República, o acórdão do Supremo e as disposições do Código de Processo Penal aplicáveis, devemos seguir um conjunto de passos para garantir o cumprimento de todos os formalismos, os quais não podem deixar de ser seguidos, de modo a que tudo corra dentro daquele que é o estatuto especial das comissões de inquérito, que funcionam como um verdadeiro tribunal de 1.^a instância. Daí o cuidado de, na sequência do aqui decidido, ter articulado com os coordenadores dos vários grupos aqui presentes a redacção do ofício, o qual já seguiu.

Entretanto, agradei, também por ofício, ao Sr. Procurador-Geral da República, a pronta resposta que deu à solicitação de elementos formulada por esta Comissão. Penso que deve ser realçado este comportamento de cooperação institucional e, por isso, entendi que o devia fazer.

Também foi já disponibilizada a todos a actualização da informação de toda a documentação existente, disponível para consulta.

Da mesma maneira, assinei já os ofícios para pedidos de elementos adicionais, os quais foram apresentados por diferentes grupos parlamentares.

Realizadas estas diligências e uma vez que temos sempre pendente sobre as nossas cabeças o prazo dado a esta Comissão para a produção dos seus trabalhos, penso que era importante, independentemente da documentação que ainda não chegou e que consideramos dever ser disponibilizada à Comissão, iniciarmos o nosso calendário de audições, dado que, com certeza, vamos ter de ouvir pessoas cuja audição não está apenas dependente dos elementos por nós solicitados. Além de que nada impede que, no caso de se vir a revelar necessário, uma pessoa venha mais do que uma vez a esta Comissão. Isto, no sentido de garantir que tenho um prazo razoável para articular com as pessoas a disponibilidade de agenda e de tempo para aqui virem.

Assim, quero ouvir as Sr.^{as} e os Srs. Deputados dos diferentes grupos parlamentares sobre esta minha proposta, uma vez que o tempo não espera por nós e temos todo o interesse em imprimir um determinado ritmo a esta Comissão, já que estamos na última sessão legislativa desta Legislatura e, digamos, é isto que mais me condiciona e pressiona.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, sobre a ordem de trabalhos, penso que podíamos debater este aspecto no último ponto, subordinado a «Outros assuntos».

De qualquer forma, gostava de deixar registado, desde já, que, sendo para todos, suponho, um pouco inesperada a convocação desta reunião, depois de termos estado, ontem, reunidos, admito que da ordem de trabalhos de hoje possa fazer parte um tema que foi suscitado, na última reunião, pelo Sr. Deputado Ricardo Rodrigues e que, não sendo, obrigatoriamente, objecto de decisão hoje, tem de ser decidido, necessariamente, até à próxima reunião, à 5.ª reunião.

Na última reunião, o Deputado Ricardo Rodrigues havia sugerido que pudéssemos definir, logo a seguir, na reunião imediata, ou seja, na 4.ª reunião, que é esta, o nome do relator ou a decisão sobre o relatório. Não sei se é possível tomar decisões sobre esta matéria ainda hoje, os colegas o dirão, certamente, quando intervierem.

Sobre a matéria das audições, admito que se possa abrir um espaço para apresentação de um conjunto de nomes para serem votados, mas, como, naturalmente, este não é apenas, necessariamente, o único momento em que podemos apresentar propostas de audição, não vejo mal que se trate disto hoje e tenho mesmo uma primeira proposta de audições a realizar, calendarizar e programar de acordo com as conveniências dos visados, que passo a ler, sem prejuízo, naturalmente, de apresentarmos novos nomes, numa próxima oportunidade.

A Sr.ª Presidente: — Peço desculpa, Sr. Deputado Honório Novo, mas tenho de pedir aos Srs. Deputados que façam silêncio, porque, caso contrário, temos muita dificuldade em acompanhar adequadamente os trabalhos.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, passo a enunciar o conjunto de pessoas que, neste momento, me parece necessário ouvir.

São as seguintes: Dr. Oliveira e Costa, antigo presidente do BPN/SLN; o Dr. Miguel Cadilhe, ex-presidente do BPN; o Dr. Francisco Bandeira, actual Presidente do BPN; o Dr. Dias Loureiro, antigo administrador do BPN/SLN; o Dr. António Marta, ex-vice-presidente do Banco de Portugal, com as funções de supervisão bancária; o Prof. Pedro Duarte Neves, actual Presidente do Banco de Portugal, com as funções de supervisão, ou seja, as mesmas funções; o Dr. Abdool Vakil, antigo administrador do Banco Efisa e ex-presidente do BPN; o Dr. Vítor Constâncio, naturalmente, que só não coloco à cabeça, porque já temos uma audição realizada e parece-me melhor, mas não faço questão, só o ouvir novamente depois de ouvir este conjunto de personalidades que tem alguma coisa a ver com a sua área de influência e actuação; responsáveis de todas as auditoras que elaboraram relatórios sobre as contas do BPN, desde o ano de 1998, concretamente, Ernst & Young, Pricewaterhouse, Deloitte e BDO Binder; o Dr. Vieira Jordão, ao tempo, ou seja, em 2001/2002, quadro superior da Sociedade Lusa de Negócios; o Dr. Daniel Sanches; o Dr. Joaquim Coimbra; o Dr. António Costa; e o Dr. Jorge Coelho.

Vou entregar esta lista, que não é, necessariamente, para votar em conjunto, mas, enfim, é para distribuir e votar.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou distribuir o pedido do PCP, para que os vários partidos o possam analisar.

Entretanto, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, ainda não havia efectuado a minha inscrição mas, em todo o caso, posso fazer-lhe apenas uma pergunta, de modo a que nos possamos organizar, uma vez que ainda estamos, um pouco, em fase de avaliação.

Tomámos nota, de forma exaustiva, das propostas que foram feitas pelo Sr. Deputado Honório Novo e a questão que quero colocar vai no sentido de saber se, previamente a esta matéria, se vai ou não discutir a questão do ou dos relatores e de qual o modelo que vamos adoptar na Comissão.

Também não temos qualquer problema em começar por aqui, aliás, de resto, posso, desde já, adiantar que não temos nenhuma oposição a qualquer das propostas que aqui foram feitas e, na próxima reunião da Comissão, faremos chegar à Sr.ª Presidente e a cada um dos Srs. Deputados as propostas adicionais que o PSD entender fazer a este respeito. Portanto, por nós, não há qualquer problema em relação a esta matéria, concordamos com a audição de todas as entidades que aqui foram sugeridas.

Em todo o caso, queremos saber se é hoje que discutiremos a questão do relator e a forma como vamos proceder neste domínio, porque temos de a discutir até à 5.ª reunião. É que, para além das questões que aqui foram trazidas, Sr.ª Presidente, estive algum tempo a olhar para os mapas que foram distribuídos pelos serviços de apoio à Comissão e parece-me que, tendo havido, até agora, algumas respostas que a Comissão considerou, na última reunião, não legítimas, com os fundamentos que foram invocados, há, no entanto, algumas entidades que já anuíram na interpelação da Sr.ª Presidente, em nome da Comissão,

razão pela qual me parece ser uma forma expedita de começar, efectivamente, os trabalhos. Penso que podemos proceder, de imediato, à marcação das audições que seja possível e que se não antevejam como audições que possam ser prejudicadas pela precedência, do ponto de vista lógico, digamos assim, para o tratamento desta matéria. Mas esta é uma questão de bom senso que a Sr.^a Presidente, evidentemente, salvaguardará em qualquer caso.

Portanto, em relação à matéria suscitada pelo Sr. Deputado Honório Novo, a resposta do PSD é favorável e apresentaremos, na próxima reunião, outras propostas que não estejam aqui contempladas.

A segunda questão é a de saber se discutimos hoje — não fazemos questão nisto — o problema do relatório e do ou dos relatores.

A terceira questão vai no sentido de entendermos que podíamos avançar hoje, também, se a Sr.^a Presidente e os Srs. Deputados estivessem de acordo e uma vez depuradas as questões que ainda temos de analisar melhor, em termos procedimentais, para a marcação de algumas reuniões que resultem de anuências que já tenham sido comunicadas à Comissão.

A Sr.^a Presidente: — Apenas para dar uma resposta ao Sr. Deputado Miguel Macedo, que, aliás, também devo dar ao Sr. Deputado Honório Novo, este ponto 3, destinado a «Outros assuntos», foi incluído precisamente para permitir a discussão do relator ou de outra qualquer matéria que seja considerada adequada. Se estivéssemos já na 5.^a reunião, teria, obrigatoriamente, de incluir essa questão na ordem de trabalhos; assim, de acordo com a plasticidade daquilo que pode decorrer de uma boa forma de trabalho entre nós, podemos abordar esse assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, suponho que já vamos na 3.ª reunião dos trabalhos desta Comissão, grande parte do tempo já decorreu, mas de substantivo suponho que ainda nada apurámos. Não por culpa, obviamente, da mesa ou de qualquer dos Srs. Deputados, temos andado enredados em ofício para cá, não resposta para lá, ofício necessariamente de novo para as respectivas entidades, o tempo vai passando e, não tarda, a Comissão vê extinto ou decorrido todo o seu tempo e trabalho produzido quase nenhum.

Portanto, na sequência da conversa que já tive com a Sr.ª Presidente e da concordância que já dei, muito embora não neste âmbito, quero dizer que todas as questões incidentais deverão decorrer em paralelo com os trabalhos da Comissão e, por isso, a Comissão deve partir já para as audições, designadamente de algumas das entidades responsáveis por muitas das informações e documentos que deveriam ter sido enviados e ainda não foram.

Quero dizer também à Sr.ª Presidente que, como sabe, o CDS, ou melhor, eu tenho uma lista de audições a realizar um bocadinho mais extensa do que a do PCP, que farei chegar à Sr.ª Presidente, se possível, ainda hoje, mas, se tal não for possível, amanhã, pedindo-lhe que, depois, ela seja distribuída e, na medida do possível, dando total liberdade a V. Ex., e agendadas essas audições, sem necessidade desta precedência formal. Ou seja: tendo em conta a utilidade dos trabalhos da Comissão, solicito que as audições que o CDS vai requerer sejam, na medida do possível, agendadas. Será bom que se possam fazer estas audições e que a Comissão consiga realizar o seu trabalho.

A Sr.^a Presidente : — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, atalhando também serviço, quero dizer que nós, na questão do relator ou do grupo de trabalho, optamos por um relator. No entanto, como este assunto não está na ordem de trabalhos, não indico desde já o seu nome, porque não se fará a respectiva votação. Convém que este assunto esteja na ordem de trabalhos, mas isso acontecerá na próxima semana. Mas ficam, desde já, com a ideia de que não se tratará de um grupo de trabalho mas, sim, de um relator.

Também nós já entregámos na mesa uma lista de personalidades a ouvir. Em relação a isso fomos mais comedidos do que o Partido Comunista ou do que o Sr. Deputado Honório Novo, porque o Sr. Deputado disse que, numa primeira fase, seriam 17, ou do que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que disse que a sua lista era maior do que a do Partido Comunista.

Nada tenho quanto à quantidade das pessoas ou entidades a ouvir; é um método. Não queremos obstaculizar a vinda de ninguém, mas terá de existir um mínimo de coincidência com os factos de que estamos a tratar, sob pena de não sabermos porque é que algumas entidades ou pessoas são aqui chamadas. É que basta indicar, como fez o Sr. Deputado Honório Novo, um nome para que, amanhã, toda a gente já fale que vai ser chamado o Fulano de tal e perguntar a que propósito, a que título...

O nosso ponto de partida é este: não queremos obstaculizar, queremos ouvir quase todas as entidades que o Sr. Deputado Honório Novo aqui nos trouxe e, para que não fique alguma dúvida, concordamos

com o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo de que alguns devem começar a ser ouvidos de imediato.

Teremos, eventualmente, um problema, que é alguns deles invocarem o segredo de justiça. Este será, portanto, mais um problema acrescido. Nós já dissemos que, quanto ao segredo profissional do bancário, não víamos fundamento para ser levantado, mas, enfim, temos de analisar outro tipo de segredo, que é o segredo de justiça.

Por isso, não me oponho a que, desde já, se chame, por exemplo, o Dr. Miguel Cadilhe, porque é uma pessoa que, na nossa perspectiva, não pertenceu às administrações anteriores, tem conhecimentos que são importantes para nós avaliarmos em várias dimensões e é uma pessoa que deve ter muito a dizer – aliás, deve ser uma audiência prolongada, por aquilo que já disse publicamente e por aquilo que já nos constou.

Nós, nesta primeira fase, indicamos só quatro ou cinco pessoas. Existe coincidência nos pedidos de audição do Dr. Oliveira e Costa e do Dr. Dias Loureiro e pedimos a audição do Director do Banco de Portugal para a área da supervisão, cujo nome não coincide com o nome indicado pelo Deputado Honório Novo, porque nós temos o Dr. Carlos Santos, se não me engano...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nós queremos ouvir é o Vice-Presidente do Banco de Portugal encarregado da supervisão e o nome que temos não...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — A indicação que temos é que o Dr. Carlos Santos era a pessoa que supervisionava...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Deputado, o nome que indiquei é o da pessoa que assume o cargo de Vice-Presidente do Banco de Portugal com a área da supervisão bancária.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - É o Dr. Carlos Santos.

O Sr. Honório Novo (PCP): - Agora! No passado era o Dr. António Marta.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Para resumir, acho que devíamos encontrar os primeiros nomes que, consensualmente, todos gostariam de ouvir, o que, penso, não é uma tarefa muito difícil.

Desses nomes que o Sr. Deputado Honório Novo citou, existe coincidência na audição do Dr. Dias Loureiro, do responsável da supervisão do Banco de Portugal, seja o Dr. Carlos Santos, seja qualquer outro, do Dr. Miguel Cadilhe, do Dr. Oliveira e Costa e mais um que, se não me engano, está aí na lista, mas que não tenho agora aqui presente.

Portanto, para facilitar o trabalho da mesa, se conseguíssemos indicar aqui quatro ou cinco nomes que sejam consensuais e que todos achem que devem ser ouvidos, pois eram esses que, numa primeira fase, aprovaríamos, sem prejuízo, naturalmente, de, em próxima reunião, voltarmos a aprovar uma nova leva de personalidades a ouvir.

Eu, desde já, indico, para começarmos, o Dr. Miguel Cadilhe.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero dizer que o CDS, como regra, aprovará todas as audições que aqui forem requeridas por quaisquer Deputados que integrem a Comissão, pois cada Deputado saberá a exacta medida do que pretende apurar no âmbito do objecto da comissão com as audições que sugere.

O CDS terá como restritivo o impedimento, no que nos toca e na medida do nosso voto, de audições que os Deputados entendam justificadas. Este será o critério e a regra, a menos que, por absurdo, alguma audição que venha a ser requerida nada tenha a ver, manifestamente, com o objecto desta Comissão.

Posto isto, questiono V. Ex.^a sobre a questão do relator ou do grupo de trabalho, a que aludiu agora o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, porque, confesso, não tenho conhecimento de já ter sido decidido, designadamente pelo Sr. Deputado ou pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, que se tratará de um relator e não da constituição de um grupo de trabalho, e, tratando-se de um relator, de quem será. Peço só esta informação, para poder prosseguir com a conclusão do que pretendo nesta parte.

A Sr.^a Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Não sei se o Sr. Deputado se ausentou, mas eu disse que, na nossa opinião, será um relator, cujo nome não indicamos desde já, porque não está na ordem de trabalhos para votar e, uma vez que...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (PCP): — Mas é do PS? É que, se for do CDS, parece-me bem!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Mas não; é do PS!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - É exactamente neste ponto que gostaria, então, de prosseguir, para dizer o seguinte, Sr.ª Presidente: esta é uma Comissão, suponho eu, demasiado importante e em relação à qual o País está...

A Sr.ª Presidente: — Ó Sr. Deputado, permita-me que o interrompa, para não entrarmos em pontos que não estão na ordem de trabalhos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, eu não vou entrar na discussão de qualquer nome em concreto, nem quero entrar na discussão do relator, quero apenas dizer à Sr.ª Presidente, em jeito de advertência para essa discussão que vamos ter, porque há um período de ponderação que será útil — entra o fim-de-semana e talvez os Srs. Deputados do Partido Socialista queiram, pensar nisso —, que, sendo esta uma Comissão à qual o País está particularmente atento, não daria muito boa conta de si se, quando se tiver de discutir esse ponto, se optasse por uma imposição de um Deputado do Partido Socialista, que quase implicaria uma conduta defensiva nos trabalhos da Comissão, tendo esta a possibilidade de constituir um grupo de trabalho, desse ponto de vista muito mais abrangente, que no relatório ponderasse as diferentes sensibilidades que aqui estão representadas.

Quero só antecipar que, persistindo o Partido Socialista na nomeação de um relator do Partido Socialista, obviamente que essa imposição será interpretada como negativa, porque de imposição se tratará, quando, suponho eu, nenhum Deputado se oporia à constituição de um grupo de trabalho. Suponho, mas, seja como for, fica só esta advertência e esta antecipação, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, mesmo não sendo «Outros assuntos», vou ter de dizer qualquer coisa sobre esta matéria e vou reafirmar aquilo que disse há algumas reuniões atrás sobre o problema do relator.

O meu entendimento é que é preferível e mais operacional que seja apenas uma pessoa, indigitada, aprovada ou consensualizada, como relatora. Não ponho de parte a participação num grupo de trabalho encarregado da redacção desse relatório, caso seja esse o entendimento maioritário, mas a minha preferência vai claramente no sentido diverso. Portanto, aguardo tranquilamente que seja apresentado essa proposta de nome e que seja inscrita na ordem de trabalhos, conforme mandam as regras.

Quanto às audições, naturalmente que esta reunião, que foi marcada ao final da manhã, suponho eu, não permitiu sequer uma elaboração completa de uma listagem de audições que entendemos necessária e, naturalmente, também que todos os nomes são justificados face ao alargamento do âmbito da Comissão de Inquérito.

A Comissão de Inquérito não é apenas sobre a supervisão e sobre as condições, sejam elas quais forem, não podemos limitar, que determinaram uma situação que levou o Governo a nacionalizar um banco, e, portanto, o âmbito é perfeitamente geral e todos os nomes da nossa lista estão enquadrados na eventual determinação de responsabilidades de todo o tipo da decisão de nacionalização do BPN e dos incidentes que ocorreram quer no BPN quer no grupo a que pertencia o BPN, isto é, a Sociedade Lusa de Negócios, que, certamente, muito influenciou a decisão de nacionalizar o BPN.

Fique, portanto, o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues perfeitamente tranquilo que todos os nomes aqui apontados e outros que apontaremos têm a sua justificação.

Naturalmente que concordo que é possível explicar alguns deles com mais detalhe, não tenho qualquer espécie de dúvida, tal como, certamente, será necessária, pelo menos, a indicação de alguma justificação dos quatro nomes indicados pelo próprio Partido Socialista, e até, certamente, por causa disso é que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues não terá dito nada sobre um quarto elemento, em relação ao qual posso estar de acordo, mas será necessária alguma explicação suplementar, se estiver de acordo comigo.

Quanto ao «pontapé de saída», que acho ser possível dar e que é necessário dar, estou inteiramente de acordo consigo. É possível consensualizar alguns nomes, como o Dr. Oliveira e Costa e o Dr. Miguel Cadilhe, mas sugeria-lhe que ouvíssemos também, nesta fase, o actual responsável do BPN, dentro da mesma lógica...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Mas o objecto da nossa Comissão acaba na nacionalização.

O Sr. Honório Novo (PCP): - Não, pode dar-nos uma visão da situação que existia no BPN, do ponto de vista financeiro, e confirmar essa situação, o que naturalmente nos permite avaliar a situação de decisão de nacionalização. Mas se entender o contrário, poderemos discutir numa fase suplementar.

Com a audição do Dr. Dias Loureiro, estamos de acordo. A seguir, os meus dois nomes têm o mesmo objectivo: o Dr. António Marta e o Prof. Pedro Duarte Neves são, ambos, na altura e agora, os responsáveis do Banco de Portugal pela supervisão, sendo necessário verificar quem é, de facto, o responsável actual, se o Dr. Carlos Santos, se o Dr. Duarte Neves. A ideia que tenho é que é este, que é o Vice-Presidente da área da supervisão, mas ficaria para uma resolução posterior. Agora, o Dr. António Marta é, inquestionavelmente, o homem que assumiu estas funções no passado.

Por que não o Dr. Abdool Vakil, que é também uma pessoa que assumiu funções de direcção do BPN? E os responsáveis das auditoras, que têm papéis... Mas podemos ficar por aqui, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues. E se estivermos em consenso até ao Dr. Abdool Vakil, resolvido o problema dos Vice-Presidentes com a área da supervisão, já teremos aqui um painel bastante razoável de audições, que nos ocupará, se calhar, as próximas semanas.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.^a Presidente, entretanto, já recebi mais informações relativamente ao responsável pela supervisão. Ou seja, o Sr. Deputado Honório Novo indica o responsável da administração e eu indico o responsável operacional. Uma coisa é o responsável da administração que não terá feito, nem coordenado, a supervisão, e outra coisa é o responsável que, como é hábito dizer-se, tem «a mão na massa», ou seja, esteve a trabalhar lá no sítio e a ver como foi. É essa a diferença entre administradores e responsável operacional.

Sr. Deputado, não tenho qualquer objecção, mas gostava de ouvir os outros Srs. Deputados. A única questão é esta: por onde começamos? Temos aqui, de certeza, o Dr. Oliveira e Costa com um problema de segredo de justiça; o Dr. Miguel Cadilhe eventualmente também terá, porque ele fez uma participação criminal, anunciou-o publicamente. Mas esse, por exemplo, poderíamos já ouvi-lo — não sei se é consensual ou não, mas, depois, ver-se-á... E o Dr. Dias Loureiro também me parece inevitável ser ouvido.

Portanto, já temos aqui três ou quatro nomes que nos ocupam algumas semanas. Por isso, para já, nem precisávamos de avançar com muitos mais nomes. E por isso é que a lista dos Deputados do Partido Socialista indica só quatro nomes, porque temos consciência de que isto se deve fazer por fases e por etapas. Portanto, se alguém vetar alguns desses nomes, então, não seriam os primeiros. Se há outras opiniões quanto a quem serão os primeiros, que o digam, para gerirmos isso com senso.

A Sr.^a Presidente: — O Sr. Deputado Miguel Macedo tinha pedido a palavra para...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Era sobre a questão do relator e não sobre esta.

A Sr.^a Presidente: — Muito bem.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.^a Presidente, muito rapidamente, quero só dizer o seguinte: não temos qualquer objecção a nenhum dos nomes que foram sugeridos. Apresentaremos também mais alguns, mas não tantos seguramente como o CDS anunciou que iria propor.

Mas, de facto, há algumas coisas incompreensíveis. Não se compreende por que é que, sendo propostos alguns nomes de pessoas que tiveram cargos de relevância política, outros, que tiveram os mesmo cargos com a mesma relevância política e a mesma intervenção no plano da administração do Grupo BPN/Sociedade Lusa de Negócios, não são propostos, mas iremos tratar disso.

Estou a referir-me, concretamente, ao Dr. Arlindo de Carvalho e ao Dr. Rui Machete, pessoas que têm um perfil muito semelhante ao de outras cujos nomes foram aqui propostos, porque foram, simultaneamente e no mesmo período, responsáveis políticos e, num outro período da sua vida profissional diferente, tiveram funções de administração neste grupo.

Como, por exemplo, também nos interessará, e iremos propor, ouvir o Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral,

sendo certo, sabido e reconhecido que o Banco Insular tinha contas no Montepio Geral, que era um dos bancos que operacionalizava as suas operações financeiras.

Dito isto, termino, referindo que não tenho qualquer objecção a nenhum dos nomes propostos e acho bem que se defina um critério de consenso relativamente às primeiras audições, que me parece que inevitavelmente deverão recair sobre aqueles que, nos últimos tempos, presidiram ao Conselho de Administração deste Grupo BPN/Sociedade Lusa de Negócios e também sobre aqueles que presidiram às principais entidades oficiais de regulação e fiscalização do sector bancário e financeiro.

Por último, quero também dizer que não prescindiremos de propor a presença do Ministro Teixeira dos Santos, na exacta medida em que uma das funções desta Comissão é também discutir, avaliar e averiguar os fundamentos da decisão sobre o Banco Português de Negócios e essa é para nós uma decisão que ainda precisa de alguns esclarecimentos.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, estamos, suponho, numa fase de consensualização relativamente a algum conjunto de nomes para um primeiro grupo de audições, mas gostaria também de colher o consenso do Partido Socialista para uma matéria que, julgo, é irrecusável.

Devemos ouvir todos aqueles que, no terreno, agiram e operacionalizaram competências, mas devemos ouvir, exactamente no mesmo plano, quem é responsável pela definição dessas competências. E entendo que é possível e necessário ouvir o Director do Banco de Portugal

para a área da supervisão bancária, mas é igualmente necessário, ou, se quiser, mais necessário ainda, ouvir os Vice-Presidentes do Banco de Portugal encarregados dessa supervisão bancária. E, relativamente ao BPN, eles são dois: o Dr. António Marta e o Prof. Duarte Neves. Acho que é possível estabelecer um consenso em torno dos nomes dos Drs. Oliveira e Costa, Miguel Cadilhe, Dias Loureiro e, por ordem crescente de responsabilidade, Carlos Santos, António Marta, Pedro Duarte Neves e, insisto, Abdool Vakil, também como antigo Presidente do BPN.

A Sr.^a Presidente: — Dado que o Partido Socialista foi directamente instado, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.^a Presidente, nada temos a opor a esses nomes, não vemos qualquer dificuldade nisso.

Reafirmo que basta que exista o mínimo indício de correspondência entre o conhecimento de uma pessoa indicada e os factos que pretendemos investigar que o Partido Socialista não se oporá à vinda de quem quer que seja.

Agora, insistir-se em que venham aqui pessoas de quem nunca ouvi falar, de quem nunca ninguém ouviu falar e em relação às quais nunca ninguém percebeu quais são as ligações, aí, o Sr. Deputado compreenderá que teremos alguma dificuldade em perceber as suas razões. Mas também estamos aqui para ouvir essas razões e decidir em conformidade. Não temos nenhuma reserva mental quanto a nenhum nome a indicar, desde que ele tenha a mínima coincidência com os factos e o objecto desta Comissão.

Devo dizer-lhe, por exemplo, quanto ao actual administrador, que o objecto da nossa Comissão termina no acto da nacionalização. Portanto, quanto a chamar aqui o actual administrador do BPN, o senhor pode justificar e nós concordarmos, mas, à primeira vista, foge do objecto da nossa investigação, uma vez que este é «até à nacionalização». Mas, como este assunto não é para essa reunião, podemos nem sequer falar dele agora e fazê-lo só mais à frente.

Mas os nomes que indicou têm o nosso consenso.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.^a Presidente, aqui chegados, quero dizer o seguinte: já dissemos o que dissemos em relação às propostas entretanto feitas. Dos nomes aqui referidos, alguns têm uma justificação óbvia, mas outros não tanto quanto isso. Todavia, como já dissemos, o PSD não põe qualquer objecção a todos os que quiserem ouvir.

No entanto, quero salientar o seguinte: foram agora elencados cinco nomes, julgo, dos que se consideram prioritários e com alguma lógica. E acho que essa lógica deve ser a seguinte: deve começar por ouvir-se o Dr. Miguel Cadilhe, que era, à data da nacionalização, o Presidente do banco; deve evidentemente ouvir-se o anterior Presidente, o Dr. Oliveira e Costa; devem ser ouvidos os dois Vice-Presidentes do Banco de Portugal que tinham a responsabilidade, em termos orgânicos, da supervisão bancária; e nada temos a opor a ouvir, segundo proposta do Partido Socialista, o Dr. Carlos Santos, que era o responsável operacional do Banco de Portugal pela efectiva supervisão.

E fecho este primeiro elenco de questões, nesta lógica (e não estou a excluir ninguém). Aliás, acho que era importante que a Comissão começasse por ouvir aqueles que podem, de uma forma geral, traçar o quadro em que se desenvolveu a situação que motivou a intervenção através da nacionalização do BPN, para, a partir daí, porventura com muito mais utilidade para os trabalhos da Comissão, irmos, então, às situações mais particulares, casos onde se inscrevem muitas das propostas que aqui vêm do Sr. Deputado Honório Novo e, pelo menos, duas das propostas do Partido Socialista.

Portanto, não estou a rejeitar ninguém, mas a propor uma metodologia, a de que a Comissão ouça primeiro estas entidades, sendo certo que entendemos que seria mais útil ouvir mais tarde o Governador do Banco de Portugal e o Ministro de Estado e das Finanças. Digamos que estas são duas situações aparte.

Para o arranque do trabalho da Comissão e para fazer o enquadramento geral deste problema, creio que estas propostas fazem sentido.

Daqui para a frente, penso que entramos num outro patamar de questões. Vamos, porventura, questionar melhor as pessoas que vierem à Comissão e aprofundar alguns aspectos, uns que vieram a público na comunicação social e outros que foram suscitados em depoimentos feitos anteriormente pelas personalidades que tivemos oportunidade de referir.

Julgo, contudo, que devíamos dividir estas matérias em patamares.

Por exemplo, tanto quanto sei (este conhecimento foi-me transmitido através da comunicação social), uma das propostas do Sr. Deputado Honório Novo contempla a audição de um conhecido accionista do grupo. Eu não tenho nada a opor a que se faça essa audição, mas se a

lógica for essa — e, que eu saiba, essa pessoa nunca teve qualquer responsabilidade executiva no Banco —, porventura, podemos e devemos chamar outros. Se calhar, faremos boas propostas neste sentido.

O que quero dizer é que as questões são diferentes, têm graduações diferentes. Portanto, penso que devemos tratar este processo com cabeça, tronco e membros. Esta Comissão de Inquérito está a começar bem, mas não sei se vai continuar bem no que se refere à nomeação do relator, isto de acordo com a proposta que o PS apresentou.

Em todo o caso, penso que devíamos assentar já quais as personalidades a ouvir — e nesse domínio nada temos a opor.

Vamos traçar o quadro geral que motivou a nacionalização do Banco e, para tanto, nada melhor do que ouvir estas personalidades, que são as que podem responder directamente por esse quadro geral. Depois, a partir daí, estabelecemos as prioridades seguintes, sem qualquer problema ou constrangimento.

O PSD já disse que está inteiramente disponível para ouvir todos aqueles que forem relevantes para o apuramento da verdade em relação a esta matéria. E se acordarmos nestes cinco ou seis nomes de que falámos agora, julgo que já temos trabalho nesta Comissão de Inquérito para largos dias.

Neste sentido, damos o nosso assentimento para que se dê início, de imediato, aos procedimentos e diligências para que possamos começar a ouvir estas personalidades.

Para terminar, Sr.^a Presidente, quando e se for oportuno nesta reunião, gostaria de falar sobre a questão do relatório e do relator (ou dos relatores).

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, esta Comissão de Inquérito tratará, necessariamente, de avaliar os termos em que decorreu a gestão do BPN nos últimos anos, mas também (como decorre do impulso do CDS, que requereu a constituição da Comissão) os termos em que funcionou...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Mas o objecto desta Comissão não coincide com o que estava na vossa proposta!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Reconhecerá que o requerimento para a constituição desta Comissão foi apresentado pelo CDS, depois alterado no seu âmbito por proposta do PS, a menos que a sua memória seja tão selectiva que...

Digam-me se estiver enganado — porque, então, também estou enganado no objecto da Comissão e no que aqui ando a fazer —, mas suponho que aqui se avaliará a gestão do BPN nos últimos anos e, também os termos em que a supervisão funcionou a propósito do BPN.

É ou não assim?

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sim, não há dúvida!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não há dúvidas quanto a isso, óptimo! Então, estamos esclarecidos e eu não estava enganado.

Assim sendo, gostaria de salientar que, das várias audições sugeridas, todas as prioridades estabelecidas são relativas à gestão do BPN; não vi nenhuma com igual sinal de prioridade relativamente à supervisão.

Aliás, a propósito do Dr. Vítor Constâncio, tivemos oportunidade de ouvir — aliás, participei nessa audição —, o Sr. Procurador-Geral da República e este, quer nas informações que prestou quer nos documentos que apresentou, entre outros factos, contraditou muito do que foi dito pelo Governador do Banco de Portugal na sua audição no Parlamento, por um lado, e em entrevista à RTP, por outro lado. Isso fez-nos questionar o que, para já, adiantou quanto aos termos da supervisão no que se refere ao BPN.

Portanto, Sr.^a Presidente, não vejo razão alguma para, nessa escala de prioridades, considerar mais importante a audição do Dr. Miguel Cadilhe ou do Dr. Oliveira e Costa do que a do Dr. Vítor Constâncio. Estão exactamente no mesmo plano.

Requeiro, por isso, que a audição do Dr. Vítor Constâncio seja realizada tão cedo quanto possível, tal como uma outra, essa sim, a propósito do BPN, a do Dr. Dias Loureiro, até por uma razão de delicadeza parlamentar. O Dr. Dias Loureiro foi Deputado e, insistentemente, tem pedido a sua audição junto do Parlamento, audição que foi recusada (o que até pode ser considerado como uma deselegância pelo próprio, tendo em conta que são seus antigos colegas), por isso viu-se já forçado a dar uma entrevista, também num canal televisivo.

Protestos do PS.

Objectivamente, será muito útil para os trabalhos desta Comissão que se ouça o Dr. Dias Loureiro, além de que não abona muito a favor desta Comissão ouvirmos por fora, designadamente através da comunicação social, informações que podem e devem ser aqui prestadas.

Portanto, nessa escala de prioridades, colocaria em plano de igualdade os Drs. Vítor Constâncio, Miguel Cadilhe, Oliveira e Costa e Dias Loureiro.

Queria manifestar ainda uma discordância em relação a uma apreciação feita pelo Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, se é que o compreendi bem. O Sr. Deputado Ricardo Rodrigues disse que não se justificaria a audição, nesta Comissão, de membros do Conselho de Administração do BPN designados posteriormente à nacionalização.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Não disse assim, mas posso explicar!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Disse algo aproximado.

Apenas gostaria de dizer o seguinte: é a actual Administração do BPN que, para já, recusa a entrega de documentos e a prestação de informações que, manifestamente, não estão ao abrigo do segredo de justiça, tendo algumas delas sido requeridas pelo CDS. Registo, entre outras, por exemplo, as mais básicas informações: os relatórios de auditorias realizadas, como consta da documentação que foi distribuída na última reunião.

Assim sendo, a audição de membros da actual administração justifica-se, desde logo, para que seja dada uma explicação sobre uma recusa que considero absurda.

Além do mais, esta administração tem hoje um acesso privilegiado às informações e aos *dossiers* face a todos os demais, mesmo em relação ao Banco de Portugal. Esta Administração que está em funções tem acesso a tudo aquilo que, não sendo do conhecimento público mas tendo sido estudado por ela, pode auxiliar objectivamente os trabalhos desta Comissão.

Portanto, relativamente a esta nova administração, seria positivo saber se no estudo feito — certamente, já o fizeram — ressaltou o que quer que seja que releve para o que se pretende apurar, ou seja, os termos da administração do BPN nos últimos anos e o bom ou o mau desempenho da supervisão.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.^a Presidente, gostaria de explicitar duas ou três questões.

Vou ler ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo — com certeza, já o conhece — o primeiro ponto da resolução que aprovámos, por unanimidade, para a constituição desta Comissão: «O apuramento da situação de ruptura do BPN e dos fundamentos que levaram à nacionalização». Relativamente ao BPN é o que temos escrito na resolução. Ou seja, este texto indicia claramente que a situação a ter em conta vai até à nacionalização. Esclareço este ponto a propósito de uma eventual audição do administrador actual do BPN.

É evidente que se, justificadamente, o Sr. Deputado encontrar argumentos que digam que o actual administrador antes fez isto ou

aquilo, a questão muda de figura. Penso, contudo, que não devemos chamar pessoas cujo objecto nós não visamos: não estou interessado em saber o que se passa actualmente no BPN; estou interessado, sim, em saber o que se passou no BPN e que levou à sua nacionalização.

Como lhe disse, Sr. Deputado, não me oponho, mas tenho pena que o CDS não queira entrar no consenso que estávamos a conseguir...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Digo isto porque o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo quer pôr em igualdade, no mesmo pé, o Dr. Vítor Constâncio, quando o Sr. Deputado Honório Novo já justificou...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, sim!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Eu concordo com ele, tal como o Sr. Deputado Miguel Macedo. E também o Sr. Deputado João Semedo não se opôs aos primeiros cinco nomes já avançados.

Portanto, a única oposição que temos, em termos das prioridades, é a do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, uma vez que pretende ouvir também — e já — o Sr. Governador do Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E por que não?

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Eu explico porquê, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado quer tratar a questão da supervisão, mas a verdade é que o Sr. Governador do Banco de Portugal, Dr. Vítor Constâncio, esteve

aqui há pouco tempo, por duas vezes, na Comissão de Orçamento e Finanças.

Portanto, neste caso, devíamos começar por ouvir quem tem, efectivamente, a responsabilidade da supervisão — é disso que estamos a tratar —, isto é, os vice-governadores, que foram os responsáveis pela supervisão, e o responsável operacional da supervisão. Isto dar-nos-á uma ideia mais do que suficiente da supervisão. Só depois chamaríamos o Sr. Governador.

Não há, portanto, objecção alguma a que ele seja ouvido, mas deve haver economia e consensualidade no trabalho que estamos a fazer.

Em suma, o PS é da opinião de que os cinco primeiros nomes que já estão consensualizados com o PCP, o PSD e — penso — o BE poderão ser, desde já, chamados a esta Comissão.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, não me excludo do consenso desses cinco primeiros nomes, mas gostaria...

A Sr.ª Presidente: — São sete nomes, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — ... que nesses primeiros nomes fosse incluído o actual presidente do Conselho de Administração do BPN, e passo a explicar porquê.

Podemos dividir este processo do BPN de várias maneiras: antes e depois da nacionalização; antes e depois de Oliveira e Costa; antes e depois de Miguel Cadilhe, etc. Enfim, há várias maneiras de olharmos, de

pensarmos este processo — isto de acordo com cada um dos nossos pontos de vista.

Exactamente com base numa das razões invocadas pelo Sr. Deputado Ricardo Rodrigues — o primeiro ponto da resolução —, considero que é indispensável começar por ouvir o actual Conselho de Administração do BPN, até por uma razão muito simples: os do passado ou não viram o que estava a ser feito na altura ou fizeram mas não dizem. O passado e os protagonistas desse passado têm um outro interesse para esta Comissão.

Sobre a dimensão do problema do BPN, sobre o tipo de procedimentos, comportamentos e atitudes, situações ou factos que, como veio narrado na resolução, conduziram a esta situação, se vamos confiar nos protagonistas do passado, vamos ficar a perceber muito pouco!

Creio que o Conselho de Administração actual do BPN tem sobre as irregularidades praticadas no passado uma necessidade absoluta de conhecimento. Portanto, parece-me natural que, no consenso inicial para os primeiros nomes a ouvir, se incluía também o actual Presidente do Conselho de Administração.

Digo-o também por uma última razão: no actual Conselho de Administração do BPN estão (uso o plural para não identificar as pessoas, fá-lo-emos na altura própria) antigos colegas de alguns desses nomes que também queremos ouvir. Também por essa razão considero necessário perceber, ouvir a avaliação que faz hoje a Administração do BPN sobre esse passado.

Recordo que as últimas palavras ouvidas ao Sr. Ministro Teixeira dos Santos sobre a dimensão do «buraco» - chamemos-lhe assim, se me

permitem a expressão - do BPN foram: «Ainda não está definitivamente conhecida».

Penso que isso é absolutamente fundamental para percebermos e tirarmos algumas conclusões, em relação ao primeiro ponto da Resolução da Assembleia da República (n.º 65/2008, de 15 de Dezembro), que constituiu esta Comissão, onde se lê, como disse o Sr. Deputado Ricardo, e muito bem: «O apuramento da situação de ruptura do BPN e dos fundamentos que levaram à sua nacionalização;», recordando o segundo ponto: «Quais os factos ou situações que contribuíram para facilitar, estimular ou ocultar o conjunto de irregularidades agora detectadas ou para a sua não detecção...».

Por esta razão, sugiro que, neste consenso, se incluísse também o actual Presidente do Conselho de Administração do PBN.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, quero deixar quatro notas.

A primeira, para dizer e insistir em que esta Comissão de Inquérito é também sobre a situação que levou à nacionalização do BPN, não é só sobre a supervisão bancária. Nesta primeira parte, está irrecusavelmente incluído o conjunto de personalidades que desempenharam a função de accionistas relevantes ou o papel de dirigentes máximos e de administradores máximos do grupo.

Por isso, nós, PCP, avançámos com alguns nomes e anunciámos que esta era uma primeira lista, porque faltam aqui pessoas com relevância, influência e determinação na orientação do BPN quer ao nível de

accionistas quer ao nível da sua administração. Isto, para comentar o que o Deputado Miguel Macedo disse na sua intervenção precedente.

Segunda nota: é preciso percebermos qual é o consenso estabelecido. É que saiu daqui, do debate intermédio sobre os nomes, entre o Deputado Ricardo Rodrigues e eu próprio, um conjunto de sete nomes, mas quando chegou lá ao fundo, já estava em cinco e, portanto, era bom que percebêssemos...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - No meu caso o número até aumentou!

O Sr. Honório Novo (PCP): - Vou repetir: Oliveira e Costa, Miguel Cadilhe, Dias Loureiro, António Marta, Pedro Duarte Neves, Abdool Vakil e Carlos Santos.

Não sei, exactamente, se o PSD, se o Deputado Miguel Macedo e o Deputado Nuno Teixeira de Melo entendem razoável este consenso ou se querem excluir algum.

Terceira nota: defendi, mas não obtive consenso para tal, que nesta fase também deveria ser ouvido — e, aí está, faz parte da nossa lista de propostas — o Dr. Francisco Bandeira, actual Presidente do BPN.

Peço desculpa, Deputado Ricardo Rodrigues, mas o actual Presidente do Conselho de Administração do BPN é aquele que melhor nos pode dar informação sobre a situação precedente, porque é aquele que, de forma equidistante, pode dar uma avaliação e uma informação, se calhar, mais imparcial, sobre o que se passou ou não passou. Só por não obter esse consenso é que os oito nomes passaram a sete - passe a expressão — e tenho a esperança de que passem a oito, outra vez.

A última nota, relativa ao Governador do Banco de Portugal.

Penso que devemos ouvir o Governador do Banco de Portugal — e era útil para a sequência dos nossos trabalhos, independentemente de, eventualmente, podermos ouvir todas as pessoas, outra vez, dependendo dos trabalhos —, em minha opinião, imediatamente após este conjunto de audições, se este conjunto for o das oito personalidades, porque com estas pessoas encerra-se, digamos, um capítulo que tem muito a ver com o funcionamento e as relações com a supervisão.

Portanto, devemos ouvir, no fim deste conjunto de audições, novamente, o Governador do Banco de Portugal, se calhar aí, talvez — permitam-me o desabafo, isto é quase acessório —, depois de ouvirmos até as próprias auditoras. Mas isso ficará para segundas núpcias...

Portanto, compreendo o Deputado Nuno Teixeira de Melo e conheço as contradições que referiu, que são importantes; mas creio que será tempo, na altura, de o confrontar com essas e com outras contradições que, certamente, vão surgir, ao longo destas audições.

A Sr.^a Presidente: — Ora bem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, posto isto, penso que estamos em condições de deliberar sobre os nomes consensualizados, independentemente de outros que venham a acrescentar à lista.

Passo, pois, a reler: Dr. Oliveira e Costa, Dr. Miguel Cadilhe...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — É essa a ordem?

A Sr.^a Presidente: — Dr. Miguel Macedo, vou propor o seguinte: eu ia pedir-vos para não se aterem a uma ordem formal, que possa ser

inviabilizada pela impossibilidade das pessoas, porque, senão, ficamos bloqueados por causa de uma ordem formal, quando aquilo que pretendemos é avançar com os trabalhos.

Portanto, vou enunciar os nomes sem me ater a quem apresentou a proposta, em primeiro lugar, ou de quem vem, ou o que for. É que, desculpem, mas a pior coisa que podia acontecer nesta Comissão era começar a ficar emperrada com as coisas do costume, que são as *praxis* parlamentares, por vezes ininteligíveis para a opinião pública.

Nós queremos trabalhar e produzir resultados, portanto, vamos aqui chamar as pessoas que estão dispostas a vir cá, fornecer-nos informações para atingirmos o escopo desta Comissão de Inquérito; se não estiverem, assumem-no, expressamente, aqui, e isso também é relevante.

Srs. Deputados, peço que estejam atentos, senão daqui a pouco chegam ao fim da mesa só cinco nomes...

Passo a reler: Dr. Oliveira e Costa, Dr. Miguel Cadilhe, Dr. Dias Loureiro, Dr. Carlos Santos, Dr. António Marta, Prof. Duarte Neves e Dr. Abdool Vakil.

O PCP propôs mais o nome do Dr. Francisco Bandeira...

Apartes inaudíveis.

Esta é uma primeira listagem de pessoas, porque vou ter de contactar estas pessoas e ajustar com eles as datas. Desculpem, mas isto é tudo gente que tem uma vida complicada e que não está aqui a tempo inteiro, como nós.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos, agora, votar esta lista...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Peço a palavra, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, em consonância com o que eu disse há pouco, não discordo dessa lista, mas a minha proposta é diferente, é no sentido de que fossem esses nomes e que fossem aditados outros.

Concordamos que deve vir o Dr. Francisco Bandeira, nesta primeira fase, porque é relevante para explicar à Comissão a situação que encontrou no Banco; e considero que essa ronda de audições deve terminar — senão não faz sentido — com o Governador do Banco de Portugal, responsável máximo da entidade que tem a seu cargo, legalmente, a supervisão bancária, e com o ministro das Finanças.

É que, se não for assim, estaríamos a fazer uma primeira ronda que visa enquadrar o problema, sem ouvir aqueles que são os máximos responsáveis, no Banco, e do lado do Banco de Portugal, os da supervisão, em relação à situação que levou o BPN à nacionalização. Essa é que é a questão! Depois destes nomes, portanto, na tal segunda ronda de audições, ouviremos todos os outros.

Agora, o que faz sentido, do meu ponto de vista, é ouvirmos: o Dr. Miguel Cadilhe, o Dr. Abdool Vakil, o Dr. Oliveira e Costa, o Dr. Francisco Bandeira, o Dr. António Marta, ex-vice presidente do Banco de Portugal, o Prof. Pedro Duarte Neves, que tem a responsabilidade actual, no Banco de Portugal, pela supervisão; acolhemos a sugestão do Partido Socialista, no sentido de ouvirmos o Dr. Carlos Santos, que era o responsável

operacional pela supervisão; o Dr. Vítor Constâncio; e o Ministro das Finanças.

Quanto à primeira ronda, julgo que tem sentido ficar fechada assim, com estes nomes, que são nove.

Esta é a proposta que faço.

A Sr.^a Presidente: — Pergunto se algum Sr. Deputado quer usar da palavra sobre esta proposta.

O Sr. Deputado João Semedo pediu a palavra, faça favor.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.^a Presidente, serei muito breve.

Decorre das minhas intervenções anteriores que, do nosso ponto de vista, seria preferível que este primeiro consenso sobre estas primeiras audições incluísse aquilo que consideramos, para o esclarecimento ou para o cumprimento das nossas funções, que seja mais importante.

Não incluir, neste primeiro consenso, nestas primeiras audições, o actual Presidente do Conselho de Administração do BPN, o Governador do Banco de Portugal e o Sr. Ministro das Finanças, creio que não tem sentido e considero um mau sinal para o desenvolvimento futuro das nossas actividades.

Portanto, subscrevo, por inteiro, a proposta feita pelo Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado João Semedo.

Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, tem a palavra.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, compreendendo o que, há pouco, o Deputado Honório Novo adiantava, a propósito do Governador do Banco de Portugal, também saliento que valeria para todos os outros, porque quanto mais informação recolher, entretanto, mais pode contraditar relativamente a quem cá venha.

O que quero significar é que, do nosso ponto de vista, é tão essencial a audição de todos os elementos relacionados com a supervisão, como o é a audição dos elementos relacionados com a gestão do Banco de Portugal. Essa prioridade, que, entendemos, deve ser equivalente, ficaria prejudicada — e, desse ponto de vista, concordando com o Sr. Deputado Miguel Macedo —, se, na primeira tranche de audições se excluísse, exactamente o primeiro responsável pela supervisão, que é o Governador do Banco de Portugal.

Portanto, nesta primeira tranche, votaremos a favor da proposta do Deputado Miguel Macedo no sentido de aditar, nem que seja a final. Suponho que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues concordará que, se o Dr. Vítor Constâncio for ouvido depois de todas estas audições, tendo em conta a dimensão do que os antecedentes podem aqui trazer, já terá muito que explicar e contraditar.

Portanto, haverá vantagem em que se adite o Dr. Vítor Constâncio; concordamos com o Dr. Francisco Bandeira e, naturalmente, com o Ministro das Finanças, por ser quem promoveu a nacionalização e, desse ponto de vista, lembrando o âmbito que o Sr. Deputado, há pouco definia, da nacionalização, pergunto: quem promove a nacionalização? É o Ministro das Finanças! Depois de todas estas audições, necessariamente, tem que se ouvir a supervisão e o membro do Governo que promove a

nacionalização; desse ponto de vista, fechando-se assim esta primeira tranche, digamos que o «ramalhete» ficará completo.

Em suma: votaremos favoravelmente a proposta do Deputado Miguel Macedo, sendo que não são nove nomes, são dez.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado Honório Novo, tem a palavra.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, se o consenso for alargado, para mim, é óptimo, porque inclui mais alguns dos nomes que, aqui, estou a propor.

Agora, a verdade é que há uma dissonância que não posso deixar de sublinhar: é que, seja a que título for, encontrando nós, aqui, um primeiro bloco de audições, em torno de uma espécie de área de actividade, se quiserem, deste primeiro bloco de audições, não pode, a título algum, ser excluída a figura do Dr. Dias Loureiro.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Já está na lista!

O Sr. Honório Novo (PCP): — É que eu ouvi bem e a última vez que o Deputado Miguel Macedo listou a sua proposta, não constava o Dr. Dias Loureiro.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Agora está!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Agora, já incluiu? Então, já não está aqui quem falou, porque admito todos os consensos. A única coisa que não admitia era que, deste consenso, não fosse incluída a pessoa que

anda há não sei quantos meses a insistir para vir aqui falar sobre a matéria.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr.^a Presidente, muito rapidamente, para dizer que, das várias reuniões que já tivemos, tem sido manifestada, de forma sincera e inequívoca, a procura, a disponibilidade e a vontade da busca dos consensos. Assim, devemos tentar ir caminhando com base em consensos, na certeza de que haverá sempre momentos em que existirão perspectivas diferentes, o que também é normal em torno de todos os temas, mas destes principalmente.

Portanto, a forma de obter o consenso é arranjar um denominador comum máximo e não, propriamente, depois dele encontrado, ir acrescentando outras situações, sucessivamente, até ao limite em que o dito consenso começa a ser posto em causa. No que se refere a quem quer, de facto, que se avance com consenso, saúdo a posição dos Srs. Deputados Honório Novo e Ricardo Rodrigues. Do Grupo Parlamentar do PSD houve quatro diligências, uma das quais não está no pacote do consenso, e do Partido Comunista muito mais, mas aceita o consenso em relação aos sete. Assim, estão marcadas as posições iniciais relativamente aquilo que eram as prioridades quer do Grupo Parlamentar do PS quer do Grupo Parlamentar do PCP e têm sido enunciados oralmente as dos outros grupos parlamentares e as dos Srs. Deputados individualmente.

No entanto, é para mim, nesta fase, absolutamente evidente que a questão do consenso tem vindo a evoluir com base nas propostas aqui apresentadas de quatro, cinco, seis, sete e que começa a haver aqui

alguma dificuldade, porque já não estamos a falar propriamente das entidades, mas se as entidades devem entrar num primeiro pacote ou não — na certeza de que este grupo de sete não vai esgotar as matérias, pelo que, porventura, estar a acrescentar outras entidades além das já faladas a este pacote vai fazer com que, a seguir, tenhamos de desfazer o dito pacote para ouvir no meio mais outros que não estão nesta fase inicial.

Portanto, Sr.^a Presidente, se me permite a minha leitura, penso que a questão do esforço do consenso foi bastante conseguida em torno dos sete, ninguém tendo de argumentar contra a oportunidade, neste momento, de qualquer outra entidade. Saíamos daqui com o consenso em relação a sete entidades, que já nos vai dar que fazer para muito tempo.

A Sr.^a Presidente: — Tudo bem, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tudo mal!

A Sr.^a Presidente: — Não é tudo mal.

Srs. Deputados, foi aqui referido, expressamente, que estes seriam os primeiros nomes de um conjunto mais vasto. Chegados a este ponto, tenho de passar à votação. Depois de entrar em votação, desculpem, podem haver mais pedidos de palavra, mas não a vou dar porque durante as votações não há intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, queria colocar uma dúvida que gostaria que V. Ex.^a me esclarecesse.

Queria perguntar se, em relação ao Dr. Dias Loureiro, tendo em conta o respectivo estatuto como Conselheiro de Estado, não terá V. Ex.^ª de efectuar qualquer diligência no sentido de ser autorizada esta audição, se há algum regime equivalente ou paralelo ao dos Deputados para efeitos de prestação de declarações — esta é a questão primeira. V. Ex.^ª, certamente, poder-me-á responder.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O senhor devia saber!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não veja as coisas com esse conflito partidário.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Está a colocar uma questão que devia saber!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Deputado, essa sua «partidarite» não o leva a perceber que esta não é uma Comissão qualquer.

A Sr.^ª Presidente: — Srs. Deputados, desculpem, mas não vou aceitar estas... Cada um é livre de dizer o que quiser, mas temos aqui de manter uma regra de funcionamento da cortesia entre todos nós. Todos queremos atingir um objectivo, que é o de apuramento da verdade. Pediam-vos para evitarem essas coisas, que depois acabam por introduzir ruído nos trabalhos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, não há nenhuma descortesia recíproca, tenho a certeza. É uma troca de apartes sem nenhuma acrimónia.

Queria apenas que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues percebesse que a interpelação que faço é no sentido de ajudar a condução dos trabalhos. Eu não tenho, de memória, presente o estatuto e, como vamos deliberar uma audição, é bom que se perceba ou que se tente saber se essa audição, a ser aprovada, pressupõe alguma diligência prévia, tendo em conta aquilo que aqui está em causa.

Queria também insistir que nós não prescindimos, pelo seu significado nesta primeira fase, da audição do Dr. Vítor Constâncio. Não faz sentido nenhum que, ouvidas estas pessoas, ouvidos anteriores administradores do BPN, ouvidos actuais administradores do BPN, se for caso disso, ouvidos accionistas de referência, ouvidos membros do conselho de administração, não se ouça o supervisor. Não faz sentido nenhum, pelo significado — insisto —, que não se ouça o responsável máximo pela supervisão.

Portanto, se quiser, sugiro que invertam nos três nomes que o Dr. Miguel Macedo sugeriu, colocando, em primeiro lugar, o oitavo da tal lista de consensos, se assim o entenderem, o Dr. Vítor Constâncio, e depois Francisco Bandeira e o Ministro das Finanças. Se não quiserem estes dois últimos, lindamente, mas no que se refere à a supervisão, tendo em conta o que está em causa e a insistência que o CDS sempre fez, não faz sentido agora excluir o Governador do Banco de Portugal.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Mas porquê?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E até nos perguntaríamos por que razão é que não haveria vantagem em ouvir o Dr. Vítor Constâncio. Porque há toda a vantagem, nesta fase.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado Nuno Melo, das intervenções que já foram realizadas, não estamos a falar de exclusões, mas de inclusões para uma primeira «fatia» de pessoas a ouvir. Portanto, não falámos de exclusões, mas de inclusões e temos sete nomes que, para já, podem dar o pontapé de saída aos trabalhos de audição desta Comissão.

Vou relembrar esses nomes por uma ordem que, eventualmente, até pode vir a ser ligeiramente alterada em função da disponibilidade das pessoas. Desculpem os meus especiais vícios de raciocínio, mas imaginemos que alguém está internado por determinado motivo (esperemos que não) e que não possa vir; outra pessoa viria, porque não podíamos ficar à espera. Portanto, é neste contexto.

Assim, tenho registados a ouvir nesta primeira fase, por esta ordem, os seguintes nomes: Dr. Oliveira e Costa, Dr. Miguel Cadilhe, Dr. Dias Loureiro, Dr. Carlos Santos, Dr. António Marta, Prof. Duarte Neves e Dr. Abdool Vakil.

Vou por à votação esta listagem inicial, sem prejuízo de outras listagens que venham a ser decididas em próxima reunião, até para dar a oportunidade a alguns partidos que não apresentaram nenhuma proposta de a fazerem, porque haverá, eventualmente, outras entidades a ouvir.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas eu tenho aqui uma proposta!

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, entrei já na fase de votações, em relação à qual disse que não ia haver interrupções.

Vamos fazer a votação desta listagem.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Afonso Candal, Helena Terra, Hugo Nunes, Jorge Seguro Sanches, Leonor Coutinho, Marcos Sá, Marques Júnior, Mota Andrade, Ricardo Rodrigues e Sónia Sanfona, do Deputado do PCP Honório Novo, do Deputado do CDS-PP Nuno Teixeira de Melo e do Deputado do BE João Semedo e abstenções dos Deputados do PSD António Almeida Henriques, Duarte Pacheco, José Manuel Ribeiro e Miguel Macedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.^a Presidente, só para dizer a V. Ex.^a, com toda a simpatia, que não me parece que as coisas estejam a começar muito bem. Quero ser muito claro sobre esta matéria.

Eu tinha dito que estava disponível para ouvir todas as personalidades que foram indicadas quer pelo PCP quer pelo PS, agora e no futuro e mantenho essa disponibilidade. Penso que se procurou aqui — eu, pelo menos, procurei — contribuir para que houvesse um critério entendível sobre a forma como se iam processar as audições nesta Comissão.

Lamento dizer, no fim desta votação, que me abstive em relação a estes nomes, porque considero que são de menos para aquilo que deveria ser exigível nesta primeira fase. Considero absolutamente incompreensível, tendo em conta o desígnio desta Comissão de Inquérito,

que, nesta primeira fase da Comissão, esteja dispensado de aqui vir o Governador do Banco de Portugal e o Ministro das Finanças. Pessoalmente, quero dizer muito claramente isso.

Entendo que esta Comissão de Inquérito começa mal, porque subtrair o Governador do Banco de Portugal à audição nesta primeira fase significa uma tentativa, que considero vã, de proteger o Governador do Banco de Portugal em relação a uma matéria que ele tem, em primeira linha, responsabilidades que devem ser apuradas nesta Comissão. Queria dizer isto muito claramente.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, não me compete a mim retorquir à sua intervenção.

De qualquer das maneiras, há uma coisa que tem de ficar aqui muito claramente dita: o nosso regulamento não prevê o trabalho por fases. Portanto, qualquer interpretação de fases relativamente ao nosso trabalho é abusiva do ponto de vista jurídico.

Em segundo lugar, a votação a que se procedeu foi para permitir a operacionalização dos trabalhos da Comissão e não para excluir quaisquer entidades.

Em terceiro lugar, não podemos começar os trabalhos da Comissão de Inquérito fazendo interpretações, como eu disse, para além daquilo que é ou que decorre desta reunião — embora agradeça ao Sr. Deputado Miguel Macedo o facto de o ter feito aqui, em Comissão, dando-me a mim a possibilidade de fazer este esclarecimento.

Não sei se mais algum Sr. Deputado quer fazer uma declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, para não pensar que lhe pretendo retirar a palavra, pois já estava inscrito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, sei que V. Ex.^a nunca o faria, pois como uma grande Presidente desta Comissão, será imparcial durante todos os trabalhos, tenho a certeza absoluta. Às vezes, pode ter, no entanto, uma outra desatenção e não me leve a mal se eu, porventura, a registar.

Sr.^a Presidente, em jeito de declaração de voto queria dizer o seguinte: acaba de ser aprovada a primeira *tranche* de audições a realizar por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta primeira *tranche*, discordando de V. Ex.^a, Sr.^a Presidente, para além do que significa em termos de agilização dos trabalhos, tem também, necessariamente, um significado político. Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que funciona no âmbito da Assembleia da República com uma representação pluripartidária, aqui expressa, muito embora individualmente, em cada um dos Srs. Deputados, razão pela qual esta primeira votação tem um significado que também é político.

O CDS teve sempre particular insistência na afirmação de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para além de apurar os termos em que funcionou a administração do BPN, também tem de considerar os termos em que funcionou a supervisão.

Assim, não considero normal que, na votação desta primeira *tranche* de audições a realizar, se exclua: ponto um, o actual Presidente do Conselho de Administração do BPN, como toda a informação privilegiada que pode deter e com o benefício que na audição prestada poderia, desde já, fornecer à Comissão Parlamentar de Inquérito; ponto dois, o Dr. Vítor

Constâncio, Governador do Banco de Portugal, primeiro responsável pela supervisão, âmbito específico do objecto dos trabalhos desta Comissão; ponto três, o responsável pela nacionalização operada ao nível do Governo depois de decidida no âmbito parlamentar, o Sr. Ministro das Finanças.

É este significado político que quero registar e, desse ponto de vista, concordando também com o Sr. Deputado Miguel Macedo, pelo sentido de protecção manifesta ou, pelo menos, intuída que poderá necessariamente esconder.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Faço um breve comentário para dizer que, em abono da verdade, e perante as intervenções feitas, creio que não é muito legítimo usar a palavra «consenso». Não me revejo neste consenso e penso que a intransigência dos Deputados do Partido Socialista legitima a interrogação feita por outros Srs. Deputados.

Não vejo qualquer razão, aliás, os Srs. Deputados do Partido Socialista não apresentaram nenhuma razão válida para excluir o Governador do Banco do Portugal, o actual Ministro das Finanças e o Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios de uma primeira tranche de audições que tem um significado político.

Vozes do PS: — Excluir?

O Sr. João Semedo (BE): — Ao serem excluídos estes três nomes, o Partido Socialista permite e legitima as interrogações que se façam sobre a intenção da exclusão desta primeira tranche.

Portanto, não há qualquer consenso, e gostaria que isto ficasse claro. O consenso não é em torno de saber se são 3, 5 ou 10 — aliás, o consenso não seria nem maior nem melhor por ter 7 ou 10. O consenso poderia ter sido estabelecido em relação a 10 ou 12. O consenso é uma ideia política e, politicamente, gostava de deixar claro que não estou de acordo que desta primeira *tranche* tenham sido excluídos estes três elementos que acabei de citar. Não compreendo isso.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado João Semedo, a votação que fiz, tal como foi apresentada, não foi no sentido de excluir, mas no de não incluir nesta primeira fase, face às propostas que tinha. É diferente, do ponto de vista jurídico, não incluir ou excluir. Do ponto de vista político, os Srs. Deputados farão as leituras. Do ponto de vista da condução dos trabalhos é importante que isto fique muito claro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Também em jeito de declaração de voto, gostaria de dizer que foi votada uma proposta para a realização de um conjunto de sete audições e não foi estabelecido um consenso completo.

Portanto, não se pode falar em consenso; tratou-se de uma proposta resolvida através de uma votação na qual participei favoravelmente. Tendo votado favoravelmente a proposta que permite fazer já sete audições, gostaria que tivessem ficado desde já incluídas pelo

menos as audições fazem parte do nosso conjunto de propostas, designadamente a do actual presidente do Conselho de Administração do BPN, a do Dr. Vítor Constâncio, e por aí fora, seguindo a nossa lista, que tem 17 pessoas, segundo contou o Deputado Ricardo Rodrigues.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Gostaria de realçar o sentido de voto dos Deputados do Partido Socialista desta Comissão.

Na verdade, o que aprovámos foi uma audição de quatro administradores e três supervisores. A lógica que obedece a esse nosso conceito é a de que precisamos de ouvir primeiro quem administra o Banco, quem conhece os factos.

Temos dois objectos concretos na nossa resolução: uma é a supervisão e outra é a administração do Banco e aquilo que temos aqui são quatro administradores do banco e três supervisores.

Tal como disse a Sr.ª Presidente, e concordamos, não excluimos ninguém.

Falámos na primeira e na segunda *tranche*, o que, para mim, é uma coisa relacionada com peixe, uma *tranche* de um lombo qualquer de abrótea, coisa que é muito saborosa, mas que nada tem a ver com a metodologia dos nossos trabalhos.

Bom, mas não me surpreende ouvirmos as pessoas cujos nomes foram aqui falados. Aliás, quero ouvir o Dr. Bandeira, mas penso que o Dr. Bandeira é o fiel da balança de uma situação que temos primeiro de saber e de perceber. Ele vai vir como fiel da balança, ele é a última entidade a

prestar declarações sobre esta matéria. O Sr. Ministro das Finanças? Claro que sim!

Pensam que não queremos ouvir as pessoas?! Não é nada disso. Vamos ver se nos entendemos: o que há aqui é uma nítida ordem quanto ao objecto da nossa Comissão e à lógica da nossa preferência no sentido de ouvir primeiro quatro administradores e três supervisores. Depois de entendermos bem o mecanismo e como é que funcionou, claro que vamos ouvir os decisores políticos que actualmente estão no banco.

Portanto, caros senhores, devem também verificar que, dos quatro nomes que o Partido Socialista apresentou, deixámos cair um nome da lista que apresentámos, na busca do consenso. Portanto, não há qualquer vontade de excluir ninguém. A seu tempo vamos ouvir as entidades, mas achamos que isso tem de ter uma lógica, que é a de saber como é que as coisas aconteceram para, depois, tirarmos as nossas conclusões em relação a outras pessoas que eventualmente nem sequer foram falados e que podem ser chamados.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr.^a Presidente, esta explicação que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues nos deu é espantosa, porque, de acordo com este critério, o Partido Socialista está disponível para ouvir os responsáveis máximos do banco, mas, depois, quer as segundas linhas da supervisão, com um objectivo claríssimo, que é o da protecção do Dr. Vítor Constâncio, que é o responsável máximo da supervisão.

Voices do PS: — Não é verdade, são os operacionais!

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado Duarte Pacheco, peço desculpa, mas pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, não foi?

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Não, Sr.ª Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa no sentido de dizer que consideramos que a nossa proposta tem uma componente que está prejudicada, mas há uma outra componente cuja votação solicitamos.

A Sr.ª Presidente admitiu-a, foi distribuída e solicitamos que sejam votados já os restantes nomes que não estão prejudicados pela votação que já ocorreu.

É que voltamos a dizer que é impensável que se feche um primeiro bloco de audições sem se incluir o responsável máximo da supervisão e da nacionalização quando todo o processo de nacionalização é uma componente fundamental do objecto dos trabalhos desta Comissão.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr.ª Presidente, gostaria de referir duas ou três coisas e lamentar a forma como a reunião está a decorrer. Há um consenso relevante e que deve ser sublinhado. O consenso é que todos os Deputados, de todos os grupos parlamentares, disseram que não recusaram a audição de ninguém, seja quem for que seja proposto.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Então, votem já!

O Sr. Marques Júnior (PS): — Este foi o grande consenso estabelecido nesta Comissão.

Portanto, considero ilegítimo retirar ilações políticas, partidárias ou outras de todas as intervenções que ouvi, até, hoje, na Comissão, sendo certo que aquilo que estabelecemos foi uma ordem de prioridades. Até podia ser que, em lugar de serem 7 ou 10, fossem os primeiros três, a seguir outros três, depois outros três, depois os outros dois e depois outros dois.

Portanto, não concordo com esta metodologia de trabalho no início destas audições, não sabendo se vamos começar pelo primeiro, pelo quarto, pelo quinto, e depois voltamos ao primeiro e ao segundo e, na sequência disso, veremos quem é que ouvimos, para tirarmos ilações incorrectas.

Tendo em conta tudo o que os Srs. Deputados disseram, a verdade é que (e se não for verdade, terão de ser tiradas ilações políticas) todos nós dissemos que não nos iríamos opor à audição seja de quem for e de quem no momento considerarmos mais adequado. Pode haver algumas divergências sobre o momento considerado adequado, mas, sendo certo que vamos ouvir toda a gente, não podemos invocar e tentar criar dificuldades onde elas, objectivamente, não existem.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Quanto à questão do consenso, não há, nem sei se haverá, consenso total ao longo dos trabalhos. A questão, a que fiz referência, é a de darmos passos nos nossos trabalhos da forma mais consensual possível e procurar a convergência, procurar os máximos

denominadores comuns, mais do que andar naquilo que na minha terra se chama «caça ao berbicacho», que é, a todo o custo, procurar a divergência quando a convergência está tão evidente!

Infelizmente, mesmo neste primeiro passo, estando a convergência tão evidente, a proposta consensual em relação aos tais sete nomes, tendo havido consenso oral pelo menos por parte de todos os Deputados que usaram da palavra. Mas, na votação, infelizmente, assim não foi. E mais: houve algumas declarações de voto que interpretam de alguma forma o meu sentido de voto de forma absolutamente infundamentada.

Portanto, Sr.^ª Presidente, o meu sentido de voto desfavorável não é para excluir rigorosamente ninguém, é para incluir estes sete num primeiro momento.

Se, porventura, não tivesse votado a favor, aí, sim, havia uma leitura clara, a de que, independentemente daquilo que tivesse argumentado, não concordava com a audição desses sete. Essa, sim, seria uma leitura legítima do sentido de voto. A única leitura possível de um sentido de voto favorável é a de concordar com a audição destes sete sem excluir ninguém, tudo o que é sentido de voto que não o favorável em relação a estes sete é discordar da audição, já, destes sete.

A Sr.^ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — É para esclarecer dois aspectos. Primeiro, na minha última intervenção não me referi à forma como a Sr.^ª Presidente conduziu o processo de votação, mas à posição expressa pelos Deputados do Partido Socialista.

Segundo, é para comentar a intervenção do Sr. Deputado Afonso Candal.

Na realidade, não se percebe a razão pela qual o Partido Socialista quer fixar o consenso em sete nomes e não aceita que ele seja fixado em 10 nomes.

Protestos do PS.

Não diga isso. Isso é que é fazer juízos de intenção.

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira) — Sr. Deputado, não se importa de falar para mim e não para o Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.^a Presidente, se me permite a sugestão, acho que o que a devia fazer era pedir ao Sr. Deputado Afonso Candal para não interromper os Deputados que estão no uso da palavra!

Aparte inaudível do Deputado do PS Afonso Candal.

Isso não é verdade, Sr. Deputado Afonso Candal, porque, na realidade, no início dos trabalhos, na minha primeira intervenção, eu falei nestes três nomes. O Partido Socialista não os quer incluir no consenso, portanto não nos obrigue agora a aceitar que há um consenso, porque não há.

O Partido Socialista, ao não aceitar isto, permite que outros levantem, natural e legitimamente, algumas questões políticas. Se o consenso não é uma questão de número, só pode ser uma questão

política ou, então, será uma questão de embirração, o que nem sequer me passa pela cabeça.

Portanto, é, de facto, uma questão política, que legitima muitas interrogações. Veremos, no futuro, como é que o Partido Socialista se posiciona.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, chegados a este ponto da reunião, quero dizer o seguinte: eu pedi a votação em relação a estes sete nomes no pressuposto de que muitos mais haverá, como é evidente, para serem chamados a esta Comissão e porque sinto necessidade de ter matéria para fazer as próximas reuniões, para podermos avançar no cumprimento do nosso calendário.

Portanto, na sequência desta votação, registo que foi aprovada a audição de sete nomes, que eu contactarei e, na sequência desse contacto, marcarei a próxima reunião, porque me parece que não faz sentido estar a marcar uma reunião apenas para a questão do relator, fará, sim, sentido marcar uma reunião para a questão do relator e também para uma audição, para permitir uma melhor organização dos tempos de todos os Deputados que integram esta Comissão de Inquérito. Não sei se discordam desta minha intervenção.

Sr. Deputado Duarte Pacheco, em relação a esta proposta de audições que deu entrada na mesa, registei que a sua entrada foi já no período a seguir às votações e, portanto, eu não vou contemplá-la agora. Ela fica registada...

O Sr. José Manuel Ribeiro (PSD): — Foi antes!

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, deixe-me completar.

Esta proposta contém os nomes que aqui foram avançados por outros grupos parlamentares, designadamente por uma proposta escrita do PCP, que deu entrada logo no início da reunião, que não foi votada no seu conjunto, mas apenas em relação a alguns dos nomes, por expressa concordância do Sr. Deputado proponente, e por uma proposta oral do Sr. Deputado João Semedo, que também avançou com alguns destes nomes.

Estes nomes foram objecto de discussão e foi apurado um conjunto de sete nomes, que eu pude apresentar à votação, por opção da mesa na condução dos trabalhos.

O número de nomes que constam da lista proposta pelo PS transcende aqueles que foram aqui discutidos ...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Afinal, eu tinha razão!

Protestos do Deputado do PSD Duarte Pacheco.

A Sr.^a Presidente: — Ó Sr. Deputado Duarte Pacheco, deixe-me acabar! Sr. Deputado Honório Novo, não me interrompa, se faz favor, agora nesta fase!

Quero apenas dizer que nenhum dos nomes que aqui está deixou de ser objecto de discussão durante o período de discussão que preparou a votação.

Portanto, não faz sentido reabrir a discussão relativamente a uma proposta que só poderia ser reaberta pelos nomes que aqui não estão e não pelos nomes que aqui estão. Esta é uma opção minha em termos de

condução dos trabalhos. Se os Srs. Deputados não concordam com ela, façam favor de aduzir as vossas razões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, é para, em primeiro lugar, dar um testemunho directo — eu estava ao lado do Sr. Deputado Miguel Macedo — sobre a circunstância de esta proposta ter dado entrada antes da votação a que V. Ex.ª procedeu.

De resto, nota-se nela a forma como o Sr. Deputado Miguel Macedo foi, posteriormente, assinalando os nomes à medida que V. Ex.ª os ia lendo. Mas, independentemente disso,...

Protestos do PS.

Srs. Deputados, vamos ver se nos respeitamos uns aos outros um bocadinho, pois somos muitos e, assim, não nos entendemos.

Como eu estava a dizer, independentemente disso, Sr.ª Presidente, a propósito da metodologia que V. Ex.ª pretende seguir, devo antecipar a minha discordância, que é formal — neste ponto de vista já não é político —, pela seguinte razão: há duas propostas, uma do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, no consenso que entendeu por bem registar, que, como se percebeu, é relativo, sobre sete nomes, e uma outra proposta apresentada pelo Sr. Deputado Miguel Macedo que, numa parte,

contempla nomes que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues adiantou e noutra parte contempla nomes que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues não considerou. V. Ex.^ª pôs à votação a proposta...

Protestos do PS.

Já percebi que a insistência do Partido Socialista é pela circunstância de aqui não estar o Dr. Dias Loureiro. Nada tem a ver! Já tinha sido votado!

Protestos do PS.

A Sr.^ª Presidente: — Ó Sr. Deputado, desculpe, pediu...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quero terminar.

A Sr.^ª Presidente: — Desculpem, mas peço que não interrompam a intervenção do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.^ª Presidente.

Resumindo: foi apresentada uma proposta pelo Sr. Deputado Ricardo Rodrigues e outra pelo Sr. Deputado Miguel Macedo. A proposta do Sr. Deputado Miguel Macedo contempla alguns dos nomes também apresentados na proposta do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues. A proposta do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues foi votada e, portanto, ficaram

prejudicados os nomes que também constavam na proposta do Sr. Deputado Miguel Macedo.

Mas há outros que não foram votados e em relação aos quais esta Comissão tem de decidir formalmente, através de um processo deliberativo que registre quem está a favor e quem está contra, é quem dos membros que compõem esta Comissão de Inquérito está contra a audição do Dr. Vítor Constâncio, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Dr. Francisco Bandeira, porque, de outra forma, V. Ex.^a não tem um acto deliberativo formal de recusa destes nomes. Tem intervenções, mas não tem deliberações.

Esta proposta do Deputado Miguel Macedo está prejudicada no que toca aos nomes que foram aprovados, falta, no entanto, deliberar sobre os restantes, e, desse ponto de vista, também insisto que V. Ex.^a os ponha à votação.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD):— Sr.^a Presidente, durante o debate que aqui se desenvolveu, o Sr. Deputado Miguel Macedo teve ocasião de expor oralmente a lista que, depois, lhe foi entregue, o que aconteceu antes do momento da votação.

Aliás, podemos recordar, Sr.^a Presidente, que também não temos nenhum requerimento formal com os sete nomes que acabaram de ser votados. Portanto, estamos em pé de igualdade.

O Sr. Deputado Miguel Macedo, antes do momento da votação, leu uma lista de nomes que gostaria de ouvir aqui. A Sr.^a Presidente propôs a votação dos nomes em relação aos quais percebeu haver consenso e

excluiu logo três nomes que o Sr. Deputado Miguel Macedo já tinha dito oralmente que gostaria de ver votados. Daí que entendamos que esta proposta pode e dever ser posta à votação em relação aos três nomes que falta votar.

Sobre o nome que também aí não estava, recorde que o Sr. Deputado Miguel Macedo exprimiu qual o critério que, segundo ele, devia presidir a este conjunto de audições, que era o seguinte: os responsáveis directos com cargos de administração, os responsáveis pela supervisão e, finalmente, o Sr. Governador do Banco de Portugal e o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

No momento em que estava a falar, quer o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, quer o Sr. Deputado Honório Novo, dizendo que faziam questão de incluir nessa lista o Dr. Dias Loureiro, o Sr. Deputado Miguel Macedo disse logo que concordava, de tal modo que, no fim da intervenção do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, fez a referência de que, afinal, não eram nove, eram 10, porque se incluía neste pacote o Dr. Dias Loureiro, porque o Deputado Miguel Macedo tinha de imediato que o PSD não se opunha a isso.

Portanto, isto é um *fait divers* para evitar o essencial, que é que há quem aqui, ao contrário de nós, que aceitamos que apareçam mais, não queira votar a presença neste primeiro pacote do actual responsável pelo Banco Português de Negócios e do actual e principal responsável pela supervisão e pelo processo de nacionalização.

Por isso, Sr.^a Presidente, solicito de novo que sejam votados de imediato os nomes da proposta do Sr. Deputado Miguel Macedo que não se encontram prejudicados.

A Sr.ª Presidente: — Ó Sr. Deputado, quero fazer uma correcção, uma vez que está a ser posta em causa a forma de conduzir os trabalhos. O Srs. Deputados desculpem, mas há aqui uma coisa muito importante, que é a seguinte: apareceram duas propostas escritas no início da reunião, uma do PCP e outra do Partido Socialista. E foi em torno destas duas propostas escritas que as pessoas se pronunciaram, algumas fazendo, depois, sugestões do ponto de vista oral.

Do ponto de vista do suporte documental, a proposta assinada pelos Srs. Deputados do PSD, apareceu na mesa durante a votação. Tenho aqui o testemunho dos Srs. Assessores que dão...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Está gravado!

O Sr. José Manuel Ribeiro (PSD): — Foi no meio da discussão!

A Sr.ª Presidente: — Eu pedia-vos para não entrarmos por aí, embora entenda os vossos argumentos.

Mas, realmente, foi esta a metodologia seguida. Não houve apresentação de propostas orais, formalmente admitidas, porque não foi essa a metodologia seguida. Portanto, é esta a justificação do procedimento adoptado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. Mota Andrade (PS): — Sr.ª Presidente, de certa forma, está prejudicado aquilo que vou dizer, mas não posso deixar passar em claro a afirmação do Sr. Deputado, que, pelo menos, interpretou mal o meu sentido de voto. Aliás, já foi aqui muito claramente assumido por todos os

meus colegas que o nosso sentido de voto é para não excluir absolutamente ninguém. Agora, tínhamos de dar um conjunto de nomes à mesa, e isso foi consensual desde início, para ela poder gerir e saber quais eram as próximas audições que íamos ter. Foi só isso que se passou aqui!

Portanto, não acho que seja admissível e correcto fazer uma interpretação de voto diferente desta.

Mais: quanto à vinda dos nomes que aqui estão não temos qualquer reserva de que isso acontecerá em data oportuna. Isto sempre foi dito desde o início.

Portanto, Sr.^a Presidente, penso que já houve uma votação, que, aliás, foi uma votação de uma proposta consensual — isso foi por nós visto assim —, que, aliás, os Srs. Deputados também aprovaram. Portanto, penso que o que está aqui a acontecer é uma simples perda de tempo.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, sobre o momento da entrada de propostas e o momento da sua votação, a ideia que tenho é que, durante boa parte desta nossa reunião, houve duas propostas em debate e em tentativa de consensualização e houve uma proposta subscrita por Deputados do PSD que entrou já durante a votação do conjunto de sete nomes que tinha sido «consensualizado» na forma que expressei há pouco na minha declaração de voto.

Segunda questão: sobre a votação das propostas, quero recordar a todos os colegas que a proposta que o PCP entregou à mesa...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não foi o PCP, foi o Deputado Honório Novo!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ó Sr. Deputado Nuno Melo, não se preocupe com a minha terminologia, preocupe-se, antes, com o conteúdo.

Diria que o conjunto de nomes por nós proposto, e que entreguei à Mesa no início da reunião, inclui, também, o Dr. Vítor Constâncio, inclui, também, o Dr. Francisco Bandeira, inclui, também, o Dr. Vieira Jordão, o Dr. Daniel Sanches, o Dr. Joaquim Coimbra, o Dr. António Costa, o Dr. Jorge Coelho, todos os responsáveis das auditoras Ernst & Young, Pricewaterhouse, Deloitte e BDO Binder, que prestaram serviços. Porém, entendo que estas propostas, do Dr. Vítor Constâncio, do Dr. Francisco Bandeira, não devem ser, hoje, sujeitas à votação.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, quero apenas registar que, quanto maior é o número de Deputados do Partido Socialista que falam, nesta Comissão, sobre esta questão, menos se percebe a razão por que o consenso tem de terminar em sete. Não sei se é por ser um número especial... Não se percebe!

Protestos do PS.

Isto envolve, com certeza, alguma reflexão, mas não se percebe por que é que o consenso inicial que se estabelece aqui, na primeira reunião,

não inclui o Governador do Banco de Portugal, não inclui o Ministro das Finanças e não inclui o actual Presidente do Conselho de Administração.

Protestos do PS.

Veremos se vai incluir! Confio que vai incluir, mas isto não significa que vá para casa tranquilo, descansado...

Vozes do PS: — Mas pode ir!

O Sr. João Semedo (BE): — ... e tendo compreendido as razões pelas quais o Partido Socialista, tão teimosamente, se agarra ao consenso dos sete. Ainda por cima, vamos ver se vamos fazer as sete audições ou se, na segunda-feira, não estaremos aqui todos, de urgência, porque, dos sete, apenas cá vêm dois, porque um está doente, outro está preso, outro não lhe interessa, outro não sei quê. Vamos ver!...

Depois, quero que fique claro que não é metodologia nem argumento os partidos ou os Srs. Deputados invocarem que chegaram aqui e entregaram uma lista com 50 nomes. Isto não é razão nem dá quaisquer argumentos! É que quem quer procurar um consenso não se agarra ao que está escrito nos papéis mas ao conteúdo da discussão. E foi muito claro, por parte, creio eu, do PCP, do Deputado Nuno Melo, da minha parte e também da parte de alguns Deputados do PSD, ou seja, de Deputados que, nesta Comissão, são representantes de quatro partidos ou, se quiserem, mais formalmente, são membros de quatro grupos parlamentares que não o do Partido Socialista, que todos desejavam que

este consenso incluísse esses três nomes. Esta é a questão que os Deputados do Partido Socialista não conseguem explicar.

A Sr.^a Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, peço-lhe para ser breve, porque o pior que nos podia acontecer era esgotarmos o tempo com procedimentos, com questões de forma, em vez de com questões de conteúdo e em vez de trabalharmos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, telegraficamente, embora considere que isto é trabalho, e trabalho político relevantíssimo, por aquilo que aqui está em causa.

O Deputado Honório Novo, no consenso que entendeu firmar com o Partido Socialista, aceitou...

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

O Deputado Honório Novo, no consenso que aceitou firmar com o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, sobre a audição de sete pessoas, decidiu prescindir da votação de todos os restantes que constam do seu requerimento. Está no seu direito! Eu, que entendi não participar desse consenso, do ponto de vista restritivo, e que tinha adiantado, ainda assim, que aprovaria todas as audições que fossem requeridas, por razão de coerência, votei a favor desses nomes.

Porém, não prescindi, no meu juízo, que também é valorativo, de votar os nomes constantes do requerimento do Sr. Deputado Miguel Macedo, não tendo, eu próprio, optado por apresentar uma proposta

expressa para audição do Dr. Vítor Constâncio, que, como V. Ex.^a se apercebeu, considero determinante, porque já constava dessa proposta.

O Deputado Honório Novo entendeu prescindir da votação dos restantes nomes; não ouvi o Deputado Miguel Macedo dizer, em nenhum momento, que prescindiria da votação dos nomes que não tivessem constado das audições requeridas pelo Sr. Deputado Ricardo Rodrigues; por outro lado, recordo a V. Ex.^a como se processam as votações, designadamente em Plenário,...

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe para reduzir o seu «telegrama» a telegrama.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Termino, Sr.^a Presidente.

Como estava a dizer, recordo a V. Ex.^a que, em Plenário, quando se votam várias propostas, só não se votam, nas que são apresentadas em simultâneo, aquelas que tenham sido prejudicadas, porque as demais são votadas, às vezes, mesmo o ponto expresso de um único artigo.

O Sr. Marcos Sá (PS): — Que confusão!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Por isso, Sr.^a Presidente, para terminar, quero dizer que — e, pelo menos para quem tenha capacidade cognitiva bastante, penso que não será muito confuso — não prescindo de votar a audição requerida pelo Deputado Miguel Macedo, no que toca a estes três nomes. E não prescindo, porque, se eu próprio não apresentei requerimento expresso nesse sentido, foi no pressuposto de que esta proposta seria votada, pelo que requeiro esta votação. É bom

que se saiba o sentido de voto de cada um dos Deputados e seria incompreensível que não me fosse permitido votar uma proposta nesse sentido.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, tudo o que estiver em votação, será votado, o que não estiver em votação, por natureza, não pode ser votado.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Terra.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Sr.^a Presidente, prometo que usarei, no máximo, 1 minuto, do tempo que já vai longo.

Por todos os exercícios de boa vontade que aqui se possam fazer mais outros tantos que, para mim, são de pura barganha político-partidária, a proposta que o Sr. Deputado Nuno Melo insiste que seja submetida à votação, salvo o devido respeito por opinião contrária à minha, está absolutamente prejudicada, tão-simplesmente pelo seguinte: antes de se iniciar a votação a que já procedemos, V. Ex.^a comunicou, e nós aceitámos, do meu ponto de vista e do ponto de vista de todos os Deputados presentes, porque nenhum objectou em contrário, que, uma vez que se tratava de um conjunto de pessoas com vidas complicadas e com actividades profissionais que absorvem muito do seu tempo, iria informá-las, a todas, de que tinha sido deliberado que cá viessem e agendaria a sua audição, consoante a sua disponibilidade, no sentido de agilizarmos e tornarmos o mais eficaz possível o pouco tempo que temos para a conclusão dos trabalhos desta Comissão de Inquérito.

Por via disso, V. Ex.^a anunciou que não iria estabelecer nenhuma ordem específica para que cada um dos ditos senhores ou personalidades cá viessem.

Portanto, a proposta está prejudicada, quanto mais não seja, porque, apesar de este requerimento referir, de modo expresso — e está escrito entre vírgulas, mas vou escusar-me a explicar o que quer dizer um entre vírgulas e qual a sua importância, porque todos sabemos ler e escrever português —, que as pessoas devem ser ouvidas com urgência e pela ordem indicada, foi previamente estabelecido que as audições seriam efectuadas independentemente de ordem, para se poder agilizar e tornar eficaz o trabalho desta Comissão.

Quanto mais não seja por isto, já que não vou expender questões de falta de razoabilidade da fundamentação até agora apresentada, pois estaríamos aqui outro tanto tempo absolutamente inútil, do meu ponto de vista, a proposta está prejudicada.

A minha interpelação à Mesa, que V. Ex.^a, com certeza, compreenderá, vai no sentido de que está prejudicada a possibilidade de se submeter a votação o requerimento subscrito pelos Deputados do PSD.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.^a Presidente, em 10 segundos, quero apenas dizer o seguinte: primeiro, penso que esta reunião está a ser gravada e, por isso, vamos poder verificar o que se passou.

Em segundo lugar, quero dizer à Sr.^a Deputada Helena Terra que é verdade que aqui consta «por esta ordem». Mas isto atesta o seguinte: é

rigorosamente verdade o que a Sr.^a Deputada disse, ou seja, a Sr.^a Presidente objectou...

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Não estava à espera que dissesse outra coisa!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — A Sr.^a Presidente, a uma intervenção minha, objectou com a questão do andamento dos trabalhos, para não ficarmos à espera das audições que estavam a ser discutidas, mas eu já havia escrito essa parte do requerimento.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — E por isso não o corrigiu!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Posso acabar de falar?

No fim, depois da objecção da Sr.^a Presidente, que aceitei, não me ocorreu riscar essa parte. Mas o requerimento, nessa altura, já estava escrito.

Portanto, o que quero dizer é que já todos entendemos o que se passa aqui e parece-me um bocadinho ridículo estarmos todo este tempo a debater esta questão.

O Sr. Marcos Sá (PS): — A sério?! Até que enfim! Bom senso!

A Sr.^a Presidente: — Deixem o Sr. Deputado Miguel Macedo terminar.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, faço a intervenção no tom que quiserem que a faça. Estava a tentar fazê-la com alguma urbanidade, mas faço-a exactamente no tom que quiserem. «Danço conforme a música»!...

O que estava a dizer é que é rigorosamente verdade o que disse a Sr.ª Deputada Helena Terra, mas a razão por que aqui consta aquela expressão, depois de ter aceite a objecção da Sr.ª Presidente, foi porque já estava escrita e não me ocorreu riscar essa parte do requerimento.

Quanto ao mais, Sr.ª Presidente, só quero dizer que me parece um bocadinho ridículo estarmos aqui há 30 minutos a discutir esta questão, quando já todos percebemos, no momento em que foi excluída a possibilidade de incluir estes três nomes, o que cada um quer relativamente a esta matéria.

A Sr.ª Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo, quero dizer que não vou aceitar mais inscrições em relação a esta matéria, pois entendo que já a debatemos suficientemente.

Vou, pois, dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo e, depois, eu própria farei uma intervenção sobre a questão.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, serei muito breve e agradeço o privilégio que me deu.

O que está aqui em discussão é se o Partido Socialista aceita alargar aquilo que foi designado por «consenso». E o que está claro é que, sem nenhuma explicação lógica e racional, apesar das intervenções dos Srs. Deputados do Partido Socialista, se percebe por que são sete e não dez, por que são estes sete e não hão-de ser mais o Governador do Banco de

Portugal, o Ministro das Finanças e o actual Presidente do Conselho de Administração. Depois de muito pensar, chego à conclusão de que só há uma razão para esta teimosia do Partido Socialista: o número sete é o chamado número cabalístico. Deve ser esta a razão!... É que não invocaram qualquer outro argumento e, portanto, deve ser isso.

Protestos do PS.

A Sr.^a Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, agora estou eu inscrita, pelo que agradeço que me deixem falar.

Em primeiro lugar, a condução dos trabalhos é da minha responsabilidade, sujeita, como é óbvio, a todas as interpelações, intervenções e recursos relativos à minha decisão.

Porém, considero o seguinte: sendo esta Comissão uma Comissão Parlamentar de Inquérito, devemos seguir alguns formalismos. E temos de tentar segui-los, para não ficarmos perdidos!

No início da reunião, existiam duas propostas escritas relativamente a audições. Essa propostas foram discutidas e cada partido aduziu o que entendeu aduzir e houve quem, nas respectivas intervenções, apresentasse propostas orais relativamente ao alargamento de audição a outras entidades.

Do que registei das intervenções dos vários grupos parlamentares, todos manifestaram uma grande abertura no sentido de que, à medida que os trabalhos se desenrolassem, para além das listagens apresentadas e de todas as propostas que entenderam fazer oralmente — e faço um pedido expresso, para conseguir definir a calendarização dos trabalhos e dar conteúdo de trabalho a esta Comissão, para podermos cumprir o

prazo que nos foi conferido —, pedia que tivéssemos uma metodologia de abordagem que significa começar por determinadas audições.

Procedeu-se à votação de um conjunto de nomes cuja audição foi considerada prioritária, sendo que a ordem desses nomes ficava dependente da disponibilidade das pessoas.

Chamo a atenção para que a proposta que me foi apresentada e entregue pelo PSD refere, na sua parte final, que «mais propõe que as audições dos responsáveis, já aprovadas pela Comissão, sejam ordenadas até ao fim das audições precedentes» — portanto, há aqui um reconhecimento de que já tinham sido aprovadas...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Não, não!

A Sr.ª Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado. Está escrito aqui, mas, de qualquer forma, eu disse que, agora, ia explicar as razões da minha decisão.

Faz todo o sentido que trabalhemos com base em propostas escritas que sustentam as votações. Caso contrário, o PCP, que apresentou a proposta de audição destes nomes que estão a mais e que hoje ainda não foram votados, seria ultrapassado...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas o PCP prescindiu da votação, hoje...

A Sr.ª Presidente: — Não prescindiu! Desculpem, fui muito clara!

De certa forma — e faço esta leitura numa perspectiva objectiva de interpretação —, não seria legítimo votar, por proposta de um partido,

nomes apresentados previamente por um outro, até porque o que se pretendia era dar início ao trabalho formal da Comissão.

Portanto, em relação aos pontos da ordem de trabalhos apresentados, peço-vos que façam chegar, a mim própria ou ao secretariado de apoio à Comissão, as propostas, por escrito, que entendem que possam ser aprovadas. Quanto às propostas que não sejam apresentada por escrito até ao início da reunião, apenas serão admitidas se houver unanimidade.

Penso que esta é uma maneira de conduzirmos adequadamente os nossos trabalhos, sob pena de ser muito difícil. Aliás, verifico que há manifestações díspares por parte dos Srs. Deputados: uns consideram que esta matéria é politicamente relevantíssima enquanto outros consideram que estamos a perder tempo.

Portanto, nesta fase e antes de dar por encerrada a reunião, queria dizer que vou iniciar as diligências relativas à audição das pessoas aqui propostas e aprovadas.

Atempadamente, e em termos de decisão da mesa, marcarei a próxima reunião, com uma ordem de trabalhos que será conhecida a seu tempo, sendo que, na próxima reunião, terá de ser decidida a questão de nomeação do relator, uma vez que assim o impõem o Regulamento da Comissão e o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares.

Muito obrigada pela vossa colaboração e pelo apoio que deram à condução dos trabalhos.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 35 minutos.